

José Gaston Hilgert
gastonh@uol.com.br

A oralidade em textos escritos: reflexões à luz de uma teoria de texto

Orality in written texts: Some reflections in the light of a text theory

RESUMO - Quando se fala em oralidade em textos escritos, faz-se referência, na verdade, a *efeitos de sentido de oralidade* produzidos pelo uso de certos recursos de linguagem na construção do texto. Esses efeitos resultam, então, de estratégias enunciativas usadas pelo enunciador para construir o texto, determinadas pelas circunstâncias da interação entre enunciador e enunciatário no ato dessa construção. O presente estudo visa a lançar luz sobre essas estratégias e, assim, explicitar referências teóricas que possibilitem compreender as marcas de oralidade em textos escritos na perspectiva de uma teoria de texto.

Palavras-chave: enunciação, escrita, distanciamento, proximidade, oralidade, texto.

ABSTRACT - When talking about orality in written texts, one actually refers to the *meaning effects of orality* produced by the use of certain language resources in the text production. These effects result, then, of enunciation strategies used by the enunciator to produce the text, which are determined by the interaction conditions between enunciator and enunciatee at the moment of this production. The aim of this study is to shed light on all these strategies and thus specify the theoretical references that allow for the understanding of marks of orality in written texts under the perspective of a theory of text.

Key words: enunciation, writing, distance, proximity, orality, text.

Introdução

Neste estudo focaliza-se a oralidade nos textos escritos. À primeira vista, esse enfoque parece paradoxal, já que a oralidade é da natureza da fala e não da escrita. O paradoxo, no entanto, se desfaz, quando se concebe oralidade não como meio de manifestação da linguagem, a manifestação oral, mas sim como *efeito de oralidade* produzido em textos escritos graças ao uso de recursos de linguagem que evocam características das interações faladas. No trabalho de análise e interpretação de textos na escola, seja na perspectiva literária, seja em outra, a abordagem da oralidade na escrita limita-se, em geral, à identificação de elementos do léxico ou da sintaxe que, por percepção subjetiva dos leitores, seriam recorrentes em manifestações da fala. Não que tais constatações sejam necessariamente equivocadas ou levem a interpretações não autorizadas dos textos. Elas costumam ser, no entanto, empíricas, feitas sem critérios e, por isso, facilmente contestáveis. É comum, por exemplo, que, em determinado texto escrito, seja atribuído a certo uso um caráter oral, e que, em outro contexto, essa qualificação não seja possível para o mesmo recurso de linguagem. A que se deve essa variação? Como explicá-la? As respostas a essas perguntas são em geral múltiplas, dispersas, quando não individuais, ou seja, baseadas na “opinião” de cada analista.

A questão primeira não é, então, identificar recursos lexicais e sintáticos, figurativos e temáticos, estilísticos ou retóricos que produzem efeito de oralidade nos textos.

A nosso ver, o que importa, antes de mais nada, é definir o cenário enunciativo em que os recursos de linguagem em observação se manifestam. Por cenário enunciativo entendemos a relação enunciador/enunciatário – instância pressuposta para a existência de qualquer texto – projetada no texto. Instaurando-se no texto a relação eu/você, tem-se nele instituído o princípio básico da interação simétrica do diálogo, que define a condição de proximidade dos interlocutores e, portanto, o cenário interativo propício ao uso dos recursos de oralidade. Na medida em que essa relação se altera, assumindo, por exemplo, um caráter mais formal (eu/senhor) ou realizando-se na forma de um narrador em terceira pessoa que se dirige a um leitor implícito, estabelece-se o cenário do distanciamento, no qual efeitos de sentido de oralidade não cabem ou se manifestam com menor frequência.

Na linha dessas considerações, visa o presente estudo a introduzir algumas reflexões a propósito da produção de efeitos de oralidade em textos escritos à luz de fundamentos da teoria da enunciação. O objetivo é, portanto, focalizar a oralidade na escrita no âmbito de um contexto teórico em que os sentidos do texto e no texto são concebidos como produtos da enunciação. Com esse propósito, não se pretende apresentar um quadro teórico em que toda forma particular de expressão da oralidade na escrita, não importando em que contexto, encontre explicação de sentido e função objetiva e definida. O que se quer somente é pôr em discussão, para o estudo da oralidade na escrita, o mesmo princípio teórico que

orienta a compreensão e a interpretação das estratégias enunciativas em geral.

“Textos” falados e textos escritos

Quando se fala em oralidade, evoca-se imediatamente a comunicação na fala, particularmente a interação face a face, a conversa, que é a interação falada prototípica. Ela acontece quando ao menos dois indivíduos se encontram e, a partir desse encontro, sem preparação prévia, iniciam um diálogo sobre um tema de interesse comum naquele momento. Em outras palavras, na interação, eles alternam, em situação face a face, os papéis de falante e ouvinte, no desenvolvimento de um determinado tema. Nessas condições, os propósitos comunicativos de um em relação ao outro não vêm anteriormente planejados. Quando muito, o falante que desencadeia a conversa tem uma vaga noção do que vai dizer ao proceder ao turno. E, a partir daí, a interação se desdobra por determinações mútuas, seguindo com “destino incerto”, que só se definirá em sua evolução no âmbito da prática social que a move. Isso quer dizer que é no próprio desdobramento da enunciação que o planejamento da interação se realiza, e este só se completa com a enunciação concluída. Essa simultaneidade do “dizer” com o “que dizer”, nas condições sempre renovadas da dinâmica contextual, deixa uma série de marcas responsáveis pela caracterização específica da enunciação conversacional e, portanto, pela distinção entre o “texto” conversacional e o texto escrito.

Abordar essa distinção é um trabalho importante no estudo da fala, pois dá às características desta especial evidência. É verdade que, do ponto de vista da natureza enunciativa, os dois tipos de enunciação (na fala e na escrita) mais apresentam identidades e afinidades do que

grandes diferenças, conforme apontaremos a seguir. As distinções vão se revelar mesmo no âmbito dos enunciados, isto é, dos produtos da enunciação.

Quando se observa o produto final de uma interação falada, isto é, se ouve a gravação enquanto se acompanha sua transcrição, observa-se que nesse enunciado vêm registradas, em princípio, todas as operações realizadas pelos interlocutores na progressividade da enunciação, no contexto e nas circunstâncias em que esta se realizou. O registro detalhado dos procedimentos da produção interativa constitui o principal traço distintivo do “texto” falado. Já no texto escrito, grande parte das atividades de enunciação vem apagada no produto final, isto é, no enunciado.

Explicitemos essa distinção no segmento conversacional apresentado no Exemplo 1.

Fixemos a atenção no último turno. Nele o falante-informante formalmente confessa que não lhe ocorre o termo apropriado (*não sei como é o nome/me falta o termo técnico aí... não sei o termo técnico*) ou pergunta, em termos impessoais, pelo *dizer* adequado (*como se diz/ como é que é?/como se pode expressar isso*), anunciando ao interlocutor, por meio de expressões construídas em torno de um verbo *dicendi* explícito ou implícito, que a seleção lexical está sendo processada. Embora o processamento evolua, em geral, para uma auto-seleção, manifestações como essas podem levar a uma intervenção colaborativa do interlocutor, ou seja, para uma hetero-seleção, como mostra o Exemplo 2.

Observe-se que a hesitação de L1 no primeiro turno (*para... para a...*) enseja a colaboração de L2 (*área administrativa*), que é prontamente aceita por L1 e imediatamente integrada no desenvolvimento de seu turno.

É da natureza do “texto” falado que todo esse trabalho de busca da formulação adequada fique regis-

Exemplo 1

Doc. você já fraturou alguma parte do corpo?... qual?
[
Inf. já...
Doc. como isto ocorreu?
Inf. já... ah fraturei o:: *dedo:: não sei como é o nome (que) se diz (isso)... termo termo técnico (aliás) minguinho né?... (Hilgert, 1997, p. 75)*

Exemplo 2

L1- porque realmente houve assim uma:: ... uma fuga... do engenheiro da da... da área de produção... dos laboratórios de experiências para... *para a...*
L2- *área administrativa*
L1- *área administrativa...* hoje ele realmente:: se encontra em grande percentagem na Área administrativa... (Castilho e Preti, 1987, p. 74).

trado, fixando-se, assim, no enunciado, o *aqui* e o *agora* da enunciação. Embora esse trabalho também possa ser inerente à enunciação escrita (nela igualmente são recorrentes hesitações nas escolhas lexicais e nas formulações sintáticas, interrupções, reinícios, correções, adequações, reformulações), ele vem, em princípio, apagado no enunciado, no qual só se registra o termo final procurado, que seria, em referência ao último turno do exemplo 1, simplesmente “já fraturei o *dedo minguinho*”.

Em resumo, a natureza do “texto” falado (do enunciado) consiste no fato de ele explicitar seu processo de enunciação, expondo as estratégias do enunciador (do *eu*) para fazer-se compreender e persuadir o seu enunciatário (o *tu*) *aqui* e *agora*, em situação face a face, isto é, em situação de *proximidade*. O texto escrito, pelas próprias condições de produção, marcadas pelo *distanciamento* entre enunciador (autor) e enunciatário (leitor), não expõe de forma tão explícita e minuciosa as marcas da enunciação, o que não significa que textos escritos não possam evidenciar relações de proximidade entre destinador e destinatário.¹

Focalizar os traços que revelam essa proximidade em textos escritos é estender a abordagem da oralidade também para a escrita. É evidente que em textos escritos não são de se esperar as marcas de oralidade do texto falado como a alternância de turnos, a negociação *aqui* e *agora* da melhor formulação, certas repetições e paráfrases, interrupções sintáticas, recomeços, hesitações e outras similares, que são características inerentes a uma enunciação em que os interlocutores enunciam face a face, isto é, em que tempo e espaço de produção e recepção coincidem.

Quando se fala em oralidade em textos escritos, faz-se referência, na verdade, a *efeitos de sentido de oralidade* produzidos pelo uso de certos recursos de linguagem na construção do texto. Em outras palavras, esses efeitos resultam de estratégias enunciativas usadas pelo enunciador para construir o texto, determinadas pelas circunstâncias da interação entre enunciador e enunciatário no ato dessa construção. Lançar luz sobre essas estratégias significa explicitar referências teóricas que possibilitem compreender as marcas de oralidade em textos escritos na perspectiva de uma teoria de texto. É o que aqui tentaremos fazer, concebendo o texto como um produto da enunciação.

O texto como produto da enunciação

A enunciação, em concepção ampla, é o uso da linguagem em situações de interação por meio das quais os indivíduos realizam suas práticas sociais. A enunciação implica, portanto, a relação entre um enunciador e um enunciatário. Na comunicação falada face a face, esses

papéis enunciativos são exercidos pelos interlocutores, falantes e ouvintes. Na interação escrita, segundo Fiorin (2003, p. 163), “enunciador e enunciatário correspondem ao autor e leitor implícitos ou abstratos, ou seja, à imagem do autor e à do leitor construídas pela obra”. Numa concepção mais abrangente, Tatit (2002, p. 205) diz que

o conceito de enunciador deve ser tomado como uma categoria abstrata, cujo preenchimento, numa manifestação específica, faz emergir o que conhecemos como autor, falante, artista, poeta, etc.; a noção de enunciatário, igualmente, define-se como categoria por meio da qual se manifestam leitores e fruidores de maneira geral.

Do trabalho do enunciador de enunciar resulta o enunciado, o texto, por meio do qual o enunciador se comunica com o enunciatário. À primeira vista, pode-se entender que, nessa relação, o enunciador é o sujeito da enunciação. É um equívoco, no entanto, atribuir a ele o papel ativo de produzir o enunciado e ao enunciatário a passividade da recepção. Ambos, na verdade, constituem o sujeito da enunciação, conforme atestam Greimas e Courtés (s.d., p. 150): “O termo ‘sujeito da enunciação’, empregado frequentemente como sinônimo de enunciador, cobre de fato as duas posições actanciais de enunciador e de enunciatário”. Este último assume, então, a natureza de co-enunciador, já que, no dizer de Fiorin (2003, p. 163), “o enunciatário, como filtro e instância pressuposta no ato de enunciar, é também sujeito produtor do discurso, pois o enunciador, ao produzir um enunciado, leva em conta o enunciatário a quem ele se dirige”. Em outras palavras, é em função das características do leitor que o autor seleciona o léxico, determina a complexidade sintática, recorre ou não a procedimentos figurativos e faz outras escolhas na construção de seu texto.

Veja-se este texto:

Você sabia que algumas aranhas cospem veneno?

Conheça as cuspideiras, que jogam um grude sobre as suas vítimas para paralisá-las!

A imagem pode não ser das mais bonitas. Ela chega devagarzinho com suas oito pernas e rapidamente cospe uma gosma sobre sua vítima, que fica paralisada pelo grude. Filme de ficção? Que nada! Esta é a estratégia usada por algumas espécies de aranhas que vivem em florestas brasileiras para capturar suas presas. Afinal, esses animais também precisam se alimentar para sobreviver. As aranhas que lançam veneno sobre suas presas são chamadas cuspideiras – bem adequado, não?! O que sai de sua

¹ São Koch e Oesterreicher (1985) que definem a fala como a linguagem da proximidade (*Sprache de Nähe*), e a escrita como a linguagem do distanciamento (*Sprache der Distanz*).

boca é uma mistura de veneno com um tipo de cola natural transparente, que deixa a vítima com dificuldades de se locomover. Tendo o seu alvo paralisado, a cuspeira se aproxima, pica, injeta mais veneno e, então, começa a se alimentar (Willemart, 2011).

Trata-se de um texto de divulgação científica para crianças. No dizer de Authier-Revuz (1982, p. 34),

a divulgação científica é classicamente considerada como uma atividade de disseminação, em direção ao *exterior*, de conhecimentos científicos já produzidos e em circulação no *interior* de uma comunidade mais restrita; essa disseminação é feita fora da instituição escolar-universitária e não visa à formação de especialistas, isto é, não tem por objetivo estender a comunidade de origem.²

O texto de divulgação científica pressupõe, então, a existência de um texto científico original, cuja difusão fique inicialmente restrita, ao menos em princípio, a uma comunidade de especialistas, já que somente estes, além de conhecerem o contexto e as relações intertextuais do texto, dominam a metalinguagem em que ele é formulado. Consequentemente, o texto de divulgação pressupõe também que o original seja diretamente inacessível ao público de não iniciados - ora constituído pelas pessoas em geral, ora representado por um grupo específico de indivíduos, como é o caso das crianças - justamente porque esses leitores (enunciadários) não têm o domínio da linguagem especializada com a qual o texto original é construído.

No caso específico desse texto, o enunciadário *criança* se apresenta como aquele que ainda não domina a linguagem própria para tratar de temas abstratos nem está familiarizado com um léxico especializado nem com estruturas sintáticas complexas. Esse fato impele o enunciador a manifestar-se com palavras comuns, estruturadas em unidades sintáticas simples e recorrentes na coloquialidade das interações cotidianas, além de valer-se de procedimentos de figurativização que produzam efeitos de concretude e de realidade. Quem determina essa caracterização do texto não é propriamente o enunciador, mas sim o enunciadário. Nesse sentido este também é enunciador, o que equivale, então, a dizer que o enunciadário é *co-enunciador*.

Pelo fato de a enunciação acontecer em situações comunicativas desencadeadas no âmbito das práticas sociais dos indivíduos, ela assume grandeza histórica e, como tal, é necessariamente realizada por sujeitos, em tempos e espaços determinados. Por isso, a *pessoa*, o *tempo* e o *espaço* constituem as três grandes categorias da enunciação.

Quem enuncia é sempre um *eu* que, ao dizer-se *eu* na interação, institui o *tu*³. É só o *eu* quem diz *tu* e, ao

dizê-lo, institui-se como *eu* no discurso. Nessa perspectiva, o discurso só tem existência por obra dessa natureza complexa do sujeito da enunciação. “O eu existe por oposição ao tu e é a condição do diálogo que é constitutiva da pessoa porque ela se constrói na reversibilidade dos papéis eu/tu” (Fiorin, 1996, p. 41).

O *eu* (*eu/tu*) enuncia no tempo *agora* e no espaço *aqui*. Esse espaço e esse tempo estão na dependência da ação do *eu*, na medida em que se instituem pelo fato de neles ocorrer o ato da enunciação. Portanto, as categorias de espaço e de tempo na língua se definem a partir da categoria *pessoa*, e o *eu-aqui-agora* do ato da enunciação é ponto de partida para estabelecer todas as demais relações de *pessoa*, de *espaço* e de *tempo* na língua.

Focalizando o texto como produto da enunciação, podemos, com referência a ele, estabelecer três instâncias da enunciação, sempre mantendo a indissociabilidade entre *eu* e *tu*.

Observemos essas instâncias neste poema de Manoel de Barros (2010, p. 319):

Descobri aos 13 anos que o que me dava prazer nas leituras não era a beleza das frases, mas a doença delas.

Comuniquei ao Padre Ezequiel, um meu Preceptor, esse gosto esquisito.

Eu pensava que fosse um sujeito escaleno.

– *Gostar de fazer defeitos na frase é muito saudável, o Padre me disse.*

Ele fez um limpamento em meus receios.

O Padre falou ainda: *Manoel, isso não é doença, pode muito que você carregue para o resto da vida um certo gosto por nada...*

E se riu.

Você não é de bugre? – ele continuou.

Que sim, eu respondi.

Veja que bugre só pega por desvios, não anda em estradas –

Pois é nos desvios que encontra as melhores surpresas e os arituncuns maduros.

Há que apenas saber errar bem o seu idioma.

Esse Padre Ezequiel foi o meu primeiro professor de agramática.

A primeira das instâncias é a relação *enunciador-enunciadário*. É a instância da enunciação propriamente dita, *aqui* e *agora*, ocorrência única e irrepetível. Ela é anterior ao enunciado (ao texto), pressuposta por ele, já que o enunciado é o produto da enunciação, o que, em outras palavras, significa dizer que a existência do enunciado (do texto) se deve ao fato de ele ter sido anteriormente enunciado.

² Tradução publicada em Authier-Revuz (1998, p. 107).

³ O *tu* é a denominação genérica dada ao actante instituído pelo *eu*. Nos textos concretos, o *tu* ora se realiza na própria forma *tu* da segunda pessoa do singular, ora na forma do *você*, que também é segunda pessoa, ainda que concorde com o verbo na terceira.

O *eu* que, no texto, explicitamente diz, “Descobri...”, “Comuniquei...”, “Eu pensava...”, “...me disse”, “...eu respondi”, “...o meu primeiro professor...” não é o *eu* do enunciador do ato da enunciação, mas o portavoze dele, o narrador, actante da segunda instância da enunciação. Nesta, então, instala-se a enunciação no enunciado, operação por meio da qual o enunciador delega a voz ao narrador, estabelecendo-se a relação *narrador-narratário*. O narratário representa, no texto, o enunciatário. No poema em observação, o narrador se manifesta nas palavras em negrito, dirigindo-se a um narratário implícito, porque também era implícito o enunciatário na primeira instância.

Finalmente, a terceira instância da enunciação revela-se por meio de uma delegação de voz interna ao texto, quando o narrador dá a palavra ao interlocutor⁴, estabelecendo-se, então, a relação *interlocutor-interlocutário*. É o que ocorre nas manifestações do *discurso direto* no enunciado⁵, destacadas no poema de Manoel de Barros pelas passagens em itálico. Esta terceira instância constitui, de certa forma, uma enunciação dentro do enunciado.

O enunciador pode se valer de duas estratégias para projetar a enunciação no enunciado (texto): ora ele marca o enunciado com traços do ato enunciativo, ora ele omite essa marcação. No primeiro caso, segundo explicação da semiótica greimasiana, realiza-se uma *debreagem enunciativa* que, no dizer de Fiorin (1996, p. 44), é a operação “em que se instalam no enunciado os actantes da enunciação (*eu/tu*), o espaço da enunciação (*aqui*) e o tempo da enunciação (*agora*)...”. É o que se verifica no poema já comentado. O enunciador, ao constituir um narrador em primeira pessoa, transfere ao texto as marcas do ato da enunciação, que é, como se viu, a ação do *eu* que enuncia *aqui* e *agora*. Esse procedimento resulta em efeitos de sentido específicos no texto, como de subjetividade, proximidade e outros consequentes desses. Em relação ao tempo e espaço, a *debreagem enunciativa* vai produzir no texto o efeito de sentido da presentificação, como se a enunciação acontecesse no *aqui* e *agora* do ato da leitura do texto, o que, evidentemente, é uma ilusão, já que o texto objeto de leitura pressupõe a enunciação anterior. Costumam identificar-se pela *debreagem enunciativa* textos como chats e e-mails na internet, cartas particulares, autobiografias. São chamados *textos enunciativos*.

A segunda estratégia de projeção da enunciação no enunciado consiste em o enunciador omitir no enunciado as marcas da enunciação. Realiza-se, neste caso, uma operação denominada pela Semiótica de *debreagem enunciva*, conforme revela, por exemplo, o primeiro parágrafo do verbete *enunciação*, em Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 193).

Enunciação é um termo antigo em filosofia, embora tenha sido empregado sistematicamente, em linguística, apenas a partir de Bally (1932). A enunciação constitui o pivô da relação entre a língua e o mundo: por um lado, permite representar fatos no enunciado, mas por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço. Faz-se geralmente referência à definição de Benveniste (1974, p. 80), que toma a enunciação como “a colocação em funcionamento da língua por um ato individual da utilização”, que o autor opõe a enunciado, o ato distinguindo-se de seu produto. Essa definição, entretanto, submete-se a variações significativas, segundo as teorias linguísticas que a mobilizam.

Como qualquer enunciado, também este é produto da enunciação de um *eu*, num tempo *agora* e num espaço *aqui*. Estrategicamente, porém, o enunciador não projeta a ação subjetiva do ato de enunciar no texto. Para tanto, o narrador, delegado da voz do enunciador no enunciado, apresenta-se como a “não-pessoa”⁶, e, conseqüentemente, o narratário não é interpelado como pessoa do discurso. Essa estratégia produz o efeito de sentido de um enunciador que se distancia do objeto de sua abordagem, o analisa de forma objetiva e criteriosa, é impessoal nas suas afirmações e, assim, afirma a “verdade” sobre ele.

Textos marcados pela *debreagem enunciva* são chamados de *enuncivos*. Pertencem a essa categoria os textos marcados pelos traços próprios da escrita, como trabalhos científico-acadêmicos, editoriais jornalísticos, discursos jurídicos. Os textos enuncivos são considerados objetivos, de informação precisa, livres de opiniões pessoais. Na verdade, porém, como lembra Fiorin (2003, p. 179), “não existem textos objetivos, pois eles são sempre fruto da subjetividade e da visão de mundo de um enunciador. O que há são textos que produzem um efeito de objetividade”.

Por meio dessa descrição geral da natureza do enunciado como produto da enunciação, apresentamos os fundamentos para, a seguir, poder focalizar especificamente o enunciado marcado pelos traços da enunciação, isto é, o texto enunciativo. Nele vamos observar a relação narrador-narratário, isto é, a relação *eu/tu* instituída nos limites do texto.

A relação narrador-narratário

No poema de Manoel de Barros comentado, o narrador vem explicitado pela primeira pessoa - o *eu* que fala - que se dirige a um *tu*, no caso, a um *tu* implícito. A referência a um *tu* é da natureza do *eu*, pois o *eu* só se constitui e se institui no discurso quando se dirige a um *tu*. Simplificadamente podemos dizer que o narratário desse poema a quem o narrador explícito *eu* se dirige é constituído pelo leitor implícito.

⁴ Interlocutor aqui é um termo específico da metalinguagem da enunciação. Denomina o actante da enunciação a quem, na construção do discurso, o narrador delega a voz. No uso corrente desse termo, ele denomina o destinatário na relação comunicativa.

⁵ Observe-se que no *discurso indireto* não ocorre essa delegação de voz ao interlocutor. O próprio narrador mantém a palavra ao reportar o discurso alheio.

⁶ Segundo Benveniste (1976, p. 252), o conceito de “não pessoa” (ele) se opõe ao de “pessoa” (*eu/tu*).

Por força dessa mesma natureza há textos em que o *eu* aparece implícito graças à explicitação do *tu*. Esse fato se verifica no texto de divulgação científica acima, do qual destacamos aqui as passagens que o introduzem:

“*Você* sabia que algumas aranhas cospem veneno? *Conheça* as cuspidadeiras, que jogam um grude sobre as suas vítimas para paralisá-las!”

Em dois momentos há uma explícita interpelação do narratário (em “*Você*” e em “*Conheça*”). Ora, como só o *eu* pode instituir o *tu*, constata-se que o narrador do texto em observação é um *eu* implícito.

A instância narrador-narratário explicitada no texto pela relação *eu-você*, sejam ambos os termos da relação explícitos ou um deles implícito,

produz, por excelência, os efeitos de aproximação da enunciação, de subjetividade, de relação dialógica ou recíproca entre os sujeitos. [...]. O uso da relação *eu* e *você* caracteriza, por isso mesmo, interações informais, íntimas e espontâneas, na conversação face a face ideal (Barros, 2002, p. 23).

Essa caracterização decorre justamente do fato de que a relação *eu-você* no texto escrito evoca a interação entre falante e ouvinte na conversa, na qual eles alternam, em situação face a face, o papel de *eu* e de *tu*. Segundo a mesma autora e obra, “destinador e destinatário se colocam no mesmo quadro enunciativo” (Barros, 2002, p. 23), do que resulta uma simetria interativa. Um texto, portanto, em que o narrador *eu* (explícito ou implícito) se dirige a um narratário explícito, evoca o cenário da interação face a face, da conversa, graças ao qual se instala nesse texto a condição que determina a escolha de outros recursos de linguagem responsáveis pela produção de efeitos de sentido de oralidade e, por conseguinte, de proximidade entre autor e leitor.

Tomando a relação *eu-você* como ponto de referência, podem-se estabelecer diversos graus de proximidade entre narrador e narratário, na medida em que se consideram representações distintas ora do *eu* ora do *você* nos textos.

Observemos este exemplo:

Heloísa: As cartas que te envio já se vão tornando maçadoras, não é verdade? Ficas assustada, certamente, com a exuberância de tinta gasta, de papel inutilizado, e pensas, aflita, no trabalho que terás para dar resposta a tanta coisa. Não te preocupes. Não precisas consignar o que te mando num registro em que escrituras com paciência o assunto, a data, o número das palavras. Escreve-me quando tiveres tempo, a lápis, num pedaço de papel de embrulho. Não releias nem emendas: o que sair sai bem.
[...]

Adeus. Vou sonhar contigo. Teu Graciliano. Palmeira, 20 de janeiro de 1928 (Ramos, 1994, p. 92-94).

Trata-se de uma carta de Graciliano Ramos à sua mulher. Tanto o *eu* quanto o *tu* estão explícitos neste texto, mas o que o particulariza é a personificação do *tu* por *Heloísa*. Cria-se nessa estratégia enunciativa um efeito de proximidade intensificado pelo efeito de realidade. Se a interpelação do narratário por *você* implica um efeito de individualidade, a concretização desse *você* por um personagem específico resulta num efeito de personificação, de atenção exclusiva, isto é, de proximidade maior, que pode evoluir para um efeito de intimidade e até de cumplicidade, caso o signatário, por exemplo, tratasse sua amada por *Ló* (em vez de *Heloísa*), como acontece nesta outra carta (Ramos, 1994, p. 123):

Ló: Todos nós vamos indo, com muitas saudades de você. Não lhe tenho escrito ultimamente porque não tenho nada para contar. Neste ramerrão de todos os dias parece que vou ficando estúpido. A última carta sua que recebi dizia que tudo por aí estava a contento e falava-me em sessenta mil-réis que v. ia pedir ao Antônio. Creio que v. ainda não tinha recebido uma que lhe mandei há alguns dias, com dinheiro. Se necessitar alguma coisa, avise-me para eu tomar aqui as providências.

[...]

Adeus, por hoje, *Ló*. Lembranças a seu Américo e às meninas. Um abraço para você. Beije por mim Lulu e Tatá. Gato. 1º. De setembro de 1932. (P. dos Índios).

Nesse contexto interacional das relações próximas ou íntimas, as pessoas costumam conversar, e quando se comunicam por escrito, o seu texto é produzido com recursos que lembram a conversa, ou seja, que produzem efeitos de sentido de oralidade. Atestam esse fato, na carta de Graciliano, além da interpelação da esposa pelo nome ou pela denominação afetiva *Ló*, as explícitas referências a ela, como é comum em interações face a face (*Não te preocupes, Não precisas, Escreve-me, Não releias nem emendas*). Além disso, também o léxico e as estruturas sintáticas estão em sintonia com o cenário interativo que a carta institui.

Esta outra carta de Graciliano (Ramos, 1994, p. 33) a seu pai é também um texto marcado por efeitos de oralidade.

Viçosa, 21 de agosto de 1914. Meu pai: Pus hoje no correio uma carta para o senhor em resposta a seu bilhete. Acabo de receber seu telegrama. Creio que em Maceió não tenho amigos que se

possam interessar tanto pela minha vida e pelo meu bem-estar. Que é que essa gente de Maceió sabe a respeito de minhas resoluções? Não quero emprego no comércio – antes ser mordido por uma cobra. Sei também que há dificuldades em se achar um emprego público. Também não me importo com isso. Vou procurar alguma coisa na imprensa, que agora, com a guerra, está boa a valer, penso. Portanto... os amigos que guardem suas opiniões. Lembranças a todos os nossos. O filho e amigo, Graciliano.

No entanto o cenário interativo, em que o narratário é interpelado por “senhor”, produz um efeito de distanciamento que, de certa forma, atenua o efeito de oralidade de escolhas lexicais e decisões sintáticas similares às do texto anterior. Portanto, não é a forma lexical em si nem a estrutura da frase por ela mesma que produz o efeito de oralidade, e sim o cenário interativo em que elas estão inseridas.

As cartas pessoais são, evidentemente, um gênero textual modelar para verificar efeitos de proximidade e de oralidade, até por decorrência da relação de proximidade real, de ordem afetiva, existente entre destinador e destinatário. Nem se espera, em princípio, outra forma de elaboração textual. No entanto, o que importa destacar na presente abordagem é a produção de efeitos de proximidade e de oralidade como estratégia enunciativa de argumentação e de persuasão em textos que não traduzem relações reais entre destinador e destinatário. Trata-se, portanto, de considerar a criação de uma ilusão de proximidade e de oralidade, a configuração de um simulacro de intimidade e de informalidade, com o intuito de convencer o destinatário em relação a algum propósito do destinador.

Nesse sentido, as peças publicitárias dos bancos são exemplares. Barros (2002) mostra, em vasta pesquisa, que nelas há uma ampla recorrência na identificação do narratário por “você”, dado que se confirma na observação diária da publicidade dos bancos em jornais, revistas e na televisão, mas também dos anúncios de outras instituições que oferecem seus produtos à venda.

Observem-se estas passagens, tiradas de edições recentes da revista *Veja*:

“O Bradesco inovou, e agora você tem um Internet Banking ainda mais simples e rápido para realizar suas transações” (*Veja*, 2011a, p. 3).

“No Bradesco você tem crédito imobiliário de até 80% do valor do imóvel e até 30 anos para pagar. Bradesco. O banco que tem soluções para estar lado a lado com você.” (*Veja*, 2011b, p. 3)

Fica evidente nessas passagens que a recorrência em explicitar o narratário *você*, constituindo-o como um

destinatário individual e singular, é uma estratégia enunciativa que cria um cenário interativo de aproximação, em cujo âmbito os recursos de linguagem, se não produzem um efeito de informalidade exagerada, ao menos se mantêm nos limites de um uso corrente e cotidiano. Talvez se deva esse relativo distanciamento em abordar o destinatário *você*, ao fato de, nesses textos publicitários, o narrador comumente se apresentar em terceira pessoa, como um *ele* em lugar do *eu*. É uma astúcia enunciativa que a Semiótica chama de *embreagem*, que, no caso, consiste em usar, no âmbito da categoria pessoa, uma pessoa com o valor de outra (Fiorin, 1996, p. 84).

Considere-se este segmento de um discurso da Presidenta Dilma Rousseff, referindo-se às críticas da imprensa:

“Não sou daqueles que sofrem da síndrome de perseguição. Depois de oito anos de governo, *você* aprende a apanhar. É preciso levar umas pauladinhas” (*Veja*, 2010, p. 82).

Trata-se de um texto enunciativo em que o narrador se apresenta em 1ª pessoa (Não *sou* daqueles...). O *você* que nele aparece não é, porém, uma referência ao leitor ou ao ouvinte do discurso, mas sim ao próprio enunciativo. O que a Presidenta na verdade diz é que depois de oito anos de governo, a *gente* (incluída ela) aprende a apanhar. Trata-se de um exemplo de *embreagem* que se realiza pelo uso da 2ª pessoa (*você*) com o valor de 1ª pessoa (ampliada na forma de *a gente*), evidenciando uma estratégia que cria um efeito de informalidade no uso linguístico.

Nos dois exemplos de anúncios bancários, substituiu-se o narrador *eu* (projeção do *eu* da enunciação, o único que pode dizer *você*) pelo narrador *ele*, concretizado no Banco. Segundo Barros (2002, p. 32),

o uso da 3ª pessoa em lugar da 1ª atenua ou enfraquece a intimidade, a subjetividade, a reciprocidade ou a igualdade dos laços estabelecidos entre os interlocutores e acentua a assimetria e o distanciamento das relações. Esse emprego, combinado com o da 2ª pessoa [...] reforça, ao contrário, o interesse pelo destinatário e a cumplicidade e o comprometimento com ele, produzindo assim os efeitos de um destinador (banco) objetivo e diferente do destinatário, confiável, graças à objetividade e aos papéis que assume a 3ª pessoa, e que se relaciona de modo cúmplice, comprometido e interessado com o destinatário (*você, cliente*), finalidade primeira das ações do banco. O banco diferencia-se do cliente para poder, com os atributos que possui, mas não o cliente, agir em favor do cliente, colocar-se a seu serviço. **Esses parecem ser os efeitos mais procurados nos anúncios, pois o uso da combinação *ele* (em lugar de *eu*) vs *você* é o mais frequente nos anúncios de todos os tipos de bancos** (grifos nossos).

Por essa constituição da relação narrador-narratário, ou seja, pelo cenário interativo que se instala no texto, vão se definir em certa medida os demais recursos de linguagem que o constituem. O autor do texto precisa calibrar a linguagem em função de um destinador Banco,

que quer se manter a certa distância do destinatário cliente e, ao mesmo tempo, precisa aproximar-se dele. Constatase, então, um efeito de proximidade mais discreto que implica recursos de linguagem não tão identificados com a conversa face a face, como foi possível verificar nas cartas de Graciliano a sua mulher.

Além das gradações de maior ou menor efeito de proximidade entre destinador e destinatário aqui destacadas existem muitas outras, que ora são definidas pelo narrador, ora pelo narratário.

No que respeita ao narrador, ele pode vir representado por um *nós*. Veja-se este exemplo de uma publicidade da Votorantim (Veja, 2011c, p. 55):

“Acabamos de publicar nosso primeiro relatório de sustentabilidade: resultado da História que escrevemos todos os dias”.

Trata-se de um *nós*, constituído pelos trabalhadores da empresa. Ainda que se dirija a um *você* (“... conheça essas e todas as iniciativas da Votorantim em nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade”), o cenário interativo *nós-você* implica menor proximidade entre os interactantes em razão do caráter institucional e, por isso, coletivo e impessoal do narrador *nós*, particularmente quando comparado à pessoalidade e individualidade do *eu*.

O uso da primeira pessoa do plural em lugar da primeira do singular amplia e dilui o *eu* em um *nós* (da empresa, dos funcionários, da diretoria). Esse *nós* tem uma pitadinha de modéstia e de valorização do trabalho em equipe e, ao mesmo tempo, de autoridade do grupo, do conjunto (Barros, 2002, p. 27).

Por fim, comparemos ainda estes dois segmentos de editoriais, publicados no dia 1º de agosto de 2011, o primeiro no jornal *Agora São Paulo*; o outro, na *Folha de S. Paulo*.

Não é o que parece

As estatísticas sobre educação podem ser muito enganosas. *Preste atenção*.

Na semana passada foi divulgado, por exemplo, que aumentou o número de alunos do ensino fundamental (1º ao 9º ano) atrasados em relação à série em que deveriam estar, pela idade.

Eram 22,1% do total em 2008 e passaram para 23,6% agora. À primeira vista, é uma notícia ruim. Mas nem tanto, porque esconde uma informação boa.

A verdade é que há mais alunos atrasados porque, em vez de desistir de estudar, esses meninos continuam na escola.

Antes, eles simplesmente largavam de estudar, o que fazia baixar a estatística dos atrasados. Agora, com mais perseverança, essa quantidade de defasados acaba crescendo.

O problema se concentra, justamente, nos anos finais do ensino fundamental, já que o número de alunos que entram com atraso na primeira série tem diminuído.

[...] (*Agora São Paulo*, 2011).

Atraso escolar

[...]

Em condições ideais, uma criança deve ingressar na escola aos seis anos e chegar ao ensino médio aos 14. Um estudante é considerado defasado em sua trajetória escolar quando tem pelo menos três anos a mais do que o condizente com a série em que estuda, de acordo com esse critério.

Dados do Ministério da Educação mostraram que, no ano passado, a parcela de estudantes do ensino fundamental nessa situação chegou a 23,6% do total, cerca de 7 milhões de crianças e adolescentes. Em 2008, a taxa era de 22,1%.

O problema se concentra, no entanto, nos anos finais da formação fundamental, uma vez que o número de alunos que entram com atraso na primeira série desse ciclo tem diminuído.

Ou seja, cada vez mais, adolescentes e jovens que antes desistiam da escola sem conseguir chegar ao ensino médio têm preferido permanecer em sala de aula, mesmo com considerável atraso em relação a seus colegas.

[...]

(*Folha de S. Paulo*, 2011)

Em princípio, sabemos que o gênero editorial é um texto enuncivo, porque nele vêm apagadas as marcas da enunciação. Nele não se deve manifestar o narrador em primeira pessoa, nem cabe que o narratário seja mencionado. Quem se manifesta no texto é um narrador em 3ª pessoa que se dirige a um narratário implícito, não interpelado. O efeito de sentido que tal estratégia de enunciação produz é o do distanciamento em relação aos fatos abordados, da observação isenta e objetiva deles, criando consequentes efeitos de verdade e de credibilidade. A *Folha de S. Paulo* costuma orientar-se rigorosamente por esse princípio redacional na construção de seus editoriais. Não é, porém, o que faz o *Agora São Paulo*. Nele, não raro, o leitor é interpelado nos editoriais, como é o caso do segmento aqui em foco. No primeiro parágrafo, ao dizer “Preste atenção”, o enunciador traz o enunciatário para o texto, constituindo-o como o narratário *você* e instituindo, assim, o narrador *eu* implícito, pois é o *eu* quem diz *tu*. Essa relação *eu/tu* configura, então, o cenário enunciativo das relações de proximidade, fato que vai determinar a escolha dos recursos linguístico-discursivos constituídos do texto. Com base nesse princípio, é possível, então, admitir que, em seu conjunto e nos elementos que o cons-

tituem, o editorial do *Agora São Paulo* produz um efeito de oralidade. Querer produzir esse efeito de conversa é uma estratégia enunciativa coerente do jornal, em razão do público ao qual ele, em princípio, se dirige, um público a quem a escrita é pouco familiar e cujos interesses e temas circulam predominantemente no âmbito das interações pessoais e próximas do cotidiano. A oralidade que caracteriza a linguagem desse jornal é, portanto, determinada pelo perfil dos leitores, que são por isso, como vimos, seus co-enunciadores.

O caráter enuncivo do editorial da *Folha de S. Paulo* implica, por natureza, o apagamento, no texto, do cenário enunciativo da interação. O narrador nele se apresenta de forma impessoal e se dirige a um público não nomeado, nem individualizado, estabelecendo-se, assim, uma relação de distanciamento entre jornal e leitor. Tal fato implica um texto mais formal, em que recursos que lembrem a oralidade estão, em princípio, ausentes. Essa formalidade é menos atribuída pela escolha dos recursos em si do que pela relação de distância entre os interlocutores referida. Caracteriza-se desse modo o caráter propriamente escrito do texto, que implica um destinatário leitor familiarizado com textos longos e analíticos, interessado em temas que costumam ser abordados nesse tipo de textos. Para conquistá-lo, não precisa o jornal fazer concessões à oralidade, e, se o fizesse, talvez muitos de seus leitores sentir-se-iam desqualificados.

Considerações finais

Tivemos o propósito, neste estudo, de pôr em discussão a abordagem da oralidade na escrita, à luz dos fundamentos da enunciação. Sendo o texto um produto da enunciação, os sentidos que o constituem decorrem de estratégias usadas pelo enunciador para construir o texto. Essas estratégias são determinadas por diferentes fatores, destacando-se, entre eles, o contexto e as condições da interação, e os propósitos comunicativos que movem o enunciador em relação ao enunciatário. Esses fatores fazem com que ora o enunciador, para argumentar e persuadir, tenha de construir um texto com recursos que produzam efeitos de proximidade entre ele e enunciatário; outras vezes, a argumentação e a persuasão passam por escolhas que produzem efeitos de distanciamento. Como a proximidade determina a natureza das interações face a face, isto é, das conversas, o efeito de proximidade no texto escrito vai-se produzir no uso de recursos da linguagem que evoquem a fala das interações cotidianas e informais. Mas esses recursos não vêm de escolhas aleatórias. São, ao contrário, determinados por cenários enunciativos que, no texto, vêm configurados pela relação narrador-narratário. Se essa relação for a de um narrador *eu* (implícito ou explícito) que se dirige, por exemplo, a um narratário *voce* explícito ou nomeado no texto, configura-se o cenário enunciativo do diálogo. Em decorrência, o

texto que emerge dessa relação vai valer-se de recursos que nele produzam efeitos de oralidade, próprios das relações de diálogo. Por outro lado, um cenário em que a relação narrador-narratário apague as marcas da interação próxima, levará à construção de um texto em que a oralidade, ao menos como procedimento geral, não se manifesta. Em suma, a abordagem que fizemos põe o enfoque da oralidade nos textos escritos no mesmo âmbito do estudo das demais estratégias enunciativas.

Referências

- AGORA SÃO PAULO. 2011. Não é o que parece. Editorial. São Paulo, 1 ago., p. 2.
- AUTHIER-REVUZ, J. 1998. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, Unicamp. 200 p.
- AUTHIER-REVUZ, J. 1982. La mise en scène de la communication dans des discours de vulgarisation scientifique. *Langue Française*, 53:34-47.
- BARROS, D.L.P. de. 2002. Interação em anúncios publicitários. In: D. PRETI (org.), *Interação na fala e na escrita*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, vol. 5, p. 17-44.
- BARROS, M. de. 2010. *Poesia completa*. São Paulo, Leya, 493 p.
- BENVENISTE, É. 1976. *Problemas de linguística geral*. São Paulo, Nacional/Edusp. 387 p.
- CASTILHO, A.T. de; PRETI, D. 1987. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: diálogos entre dois informantes*. São Paulo, T.A. Queiroz/FAPESP, 237 p.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. 2004. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo, Contexto, 555 p.
- FIORIN, J.L. 1996. *As astúcias da enunciação*. São Paulo, Ática, 318 p.
- FIORIN, J.L. 2003. Pragmática. In: J.L. FIORIN (org.), *Introdução à linguística: princípios de análise*. São Paulo, Contexto, vol. 2, p. 161-185.
- FOLHA DE S. PAULO. 2011. Atraso escolar. Editorial. São Paulo, 1 ago., p. 2.
- GREIMAS, A.; COURTÉS, J. [s.d.]. *Dicionário de semiótica*. São Paulo, Cultrix. 492 p.
- HILGERT, J. G. (org.). 1997. *A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre: diálogos entre informante e documentador*. Passo Fundo/Porto Alegre, UPF/UFRGS. 222 p.
- KOCH, P.; OESTERREICHER, W. (1985). Sprache der Nähe–Sprache der Distanz. *Romanistisches Jahrbuch*, 36:15-43.
- RAMOS, G. 1994. *Cartas*. Rio de Janeiro, Record, 225 p.
- VEJA. 2010. Ano 43. Especial. São Paulo, nov., p. 82.
- VEJA. 2011a. Ano 44. No. 36. São Paulo, 7 set., p. 03.
- VEJA. 2011b. Ano 44. No. 37. São Paulo, 14 set., p. 03.
- VEJA. 2011c. Ano 44. No. 26. São Paulo, 21 jun., p. 55.
- TATIT, L. 2002. A linguagem do texto. In: J.L. FIORIN (org.), *Introdução à linguística: objetos teóricos*. São Paulo, Contexto, vol. 1, p. 187-209.
- WILLEMART, R.H. 2011. Você sabia que algumas aranhas cospem veneno? Disponível em: <http://chc.cienciahoje.uol.com.br/revista/arquivo-chc-2011/222/voce-sabia-que-algumas-aranhas-cospem-veneno>. Acesso em: 06/09/2011.

Submissão: 03/10/2011

Aceite: 18/10/2011

José Gaston Hilgert

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Rua da Consolação, 896

01302-907, São Paulo, SP, Brasil